



Desrespeito às normas trabalhistas leva Sintect/JFA a propor audiência na Subdelegacia Regional do Trabalho

Por Sandro Alves Tavares,
assessor jurídico do Sintect/JFA

No dia 13 de agosto, o Sindicato realizou audiência perante a Subdelegacia do Trabalho de Juiz de Fora, após realizar denúncias quanto à obrigatoriedade de trabalho em horas extras e nos feriados, principalmente municipais.

Diante da flagrante imposição da empresa em insistir nessa prática, tornando-se "hábito", os empregados de todos os setores dos Correios estão se vendo forçados a trabalhar nesses horários, tornando-se denúncia ao Ministério do Trabalho.

Perante a Subdelegacia, compareceram a diretoria do Sintect/JFA e os representantes da empresa. Foram denunciados horas extras

sem anotação no cartão de ponto de muitas unidades e horas extras em horário de almoço, reforçando que essa prática vem deixando os trabalhadores cada vez mais doentes.

Também foi afirmado, durante a reunião, que o trabalhador que se nega ao trabalho fora do horário estabelecido é avaliado com notas baixas, ficando sujeito ainda a punições. Diante de tantas acusações, a Subdelegacia concedeu prazo de trinta dias para resposta efetiva da empresa, apurações dos fatos e medidas a serem tomadas com intuito de evitar práticas ilícitas.

Sintect/JFA na Internet

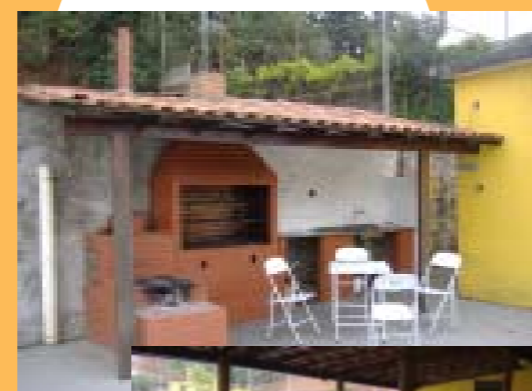


Agora você pode acessar o site do Sintect/JFA. Nosso endereço é www.sintectjfa.org.br.

Na página, você confere as últimas notícias da categoria, fotos históricas, acordos e informativos, para ficar por dentro sobre tudo o que acontece. Mais uma ferramenta para nos fortalecer contra os desmandos da ECT!

E-mail para contato - sintectjfa@sintectjfa.org.br

Sede Campestre



Divirta-se!

Localização:
Rua Presidente Costa e Silva, 4018
Bairro Santos Dumont
Telefone: (32)3215-0813



Fundado em
21 de novembro de 1988
Filiado a Fentect e a CUT

Notícias Sindicais

Agosto de 2008

Informativo Mensal do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região

Campanha Salarial

Categoria se prepara para novas conquistas

Os trabalhadores reunidos em assembléia, do último dia 19, decidiram recusar a contraproposta da ECT para o Acordo Coletivo de Trabalho, conforme a orientação do Comando Nacional de Negociação da Fentect. A direção da ECT não quis debater outras cláusulas tais como, recuperação das perdas salariais; ganho real; criação de adicional para OTT, Auxiliar Administrativo e Atendente Comercial de Apoio nas ACs; licença maternidade de seis meses; entrega pela manhã; revisão da cláusula da Assistência Médica; distorções no fornecimento do vale transporte, entre outros.

A direção da ECT apresentou uma contraproposta no último dia 13 para o Comando de Negociação da Fentect, ressaltando que quer fechar o acordo rapidamente. Já o Comando recomendou a rejeição da proposta na assembléia do dia 19 de agosto. Uma nova reunião entre as

duas partes foi realizada no último dia 22, mas não houve nenhum avanço, pois a ECT sequer quis conversar.

Queremos um acordo decente, uma negociação tranquila, sem pressa e com muita cautela, para não termos surpresa. Historicamente, a direção da ECT sempre tenta tripudiar nos acordos coletivos. "Ela dá com uma mão e tira com a outra".

Os trabalhadores já estão vacinados contra esse mal e não serão enganados. Sob alegação que não dispõe de recursos para melhorar o salário e as condições de trabalho, mantém a primeira proposta apresentada. Fazendo a sua política Robin Hood às avessas, a empresa recentemente concedeu aumento nas remunerações dos chefes, ou seja, tira dos mais necessitados para dar para os mais abastados. Não vamos aceitar que nos venda gato por lebre.

Principais reivindicações

Elaboração de um plano de cargos e salários, com a participação dos funcionários

Piso Salarial de R\$1.190

Redistribuição na Participação dos Lucros

Sindicalize-se! O Sintect/JFA conta com você!

Preencha a ficha e entregue a um de nossos dirigentes ou envie pelo endereço abaixo

Ficha de Filiação ao Sintect/JFA



Nome completo		
Endereço residencial		
CEP	Cidade	Nascimento / /19
Cargo	Matrícula	Lotação
E-mail	Telefone	

Através desta ficha, solicito minha filiação ao Sintect/JFA e autorizo a ECT descontar em folha, em favor do Sintect/JFA, contribuição mensal conforme estatuto do Sindicato

Local e data

Assinatura

EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região - Sintect/JFA
Rua Marechal Deodoro, 447/301 - Centro - Juiz de Fora/MG - 36013-001 - e-mail: sindjfa@ig.com.br - Telefone: (32)3215-5318 - Fax: (32)3217-9729
Presidente: Josimar de Castro - Jornalista Responsável: Munique Duarte - MTE 08612 - Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941 - Tiragem: 1000

ECT se nega a discutir PCCS com trabalhadores

A ECT confirma a postura de não querer negociar seriamente com os trabalhadores o novo PCCS, tentando ganhar tempo para levar ao TST o julgamento do Plano, segundo a sua proposta já protocolada sem alterações.

Resistindo às reivindicações dos trabalhadores na elaboração do PCCS, seguindo as determinações citadas no acordo de novembro de 2007 e julho de 2008, a ECT segue rejeitando todas as propostas encaminhadas pela Comissão dos Trabalhadores. A empresa alega que essas rejeições ocorrem porque o Cargo Amplo e a terceirização dos serviços são repelidos categorica-

mente.

O entendimento dos empregados acerca das declarações da ECT é que além de promover o Cargo Amplo, a empresa quer instituir e fundamentar as terceirizações.

A exemplo do que ocorreu com o Postalís, devemos ficar atentos à cooptação dos trabalhadores, através de gestores e outros mecanismos, com apresentações vagas sobre novo Plano. Vamos reagir e não aceitar propostas que interfiram negativamente na evolução de um Plano de Carreira que norteará nosso futuro na empresa.

EIXOS DA CAMPANHA



- Reposição salarial de 35,05%, referente à reposição das perdas salariais de 1994 a 2007, mais a inflação de agosto de 2007 a julho de 2008, prevista em 7,22%;
- Aumento real de R\$200 linear;
- Gatilho salarial;
- Piso salarial de R\$1.190;
- Contratações já;
- Licença maternidade de 6 meses;
- Ratificação da Convenção 158 da OIT pela ECT;
- Reintegração dos demitidos já.

CAMPANHA SALARIAL

Você sabia



Refleta sobre o Salário Mínimo

Reginaldo de Freitas, dirigente do Sintect/JFA

A regulamentação do salário mínimo data da década de 30. O decreto Lei 399/1938 regulamenta o salário mínimo com a seguinte redação: "O salário mínimo será determinado pela soma das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transportes necessários à vida de um trabalhador adulto. A parcela correspondente à alimentação terá um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões necessárias a alimentação do trabalhador."

Ele é referência básica dos diferentes salários pagos na economia brasileira. Supondo que o valor do salário estabelecido em 1940 correspondesse a despesas mensais de um trabalhador e sua família, o seu valor atual deveria ter o mesmo poder de compra daquele. Hoje o DIEESE calcula que, para ter o salário mínimo de hoje, o mesmo valor de compra de sua regulamentação, deve ser 4,99 vezes maior que o atual R\$ 415, ou seja, R\$ 2.072,70.

Para refletirmos: em nossa pauta nacional 2008/2009, nós reivindicamos um piso de R\$ 1.190,23, ou seja, cerca de 57,42% menor que o valor estabelecido para o mínimo ideal.

Não só o piso que reivindicamos, mas toda a nossa pauta é muito realista, para fundamentar uma luta para manutenção de direitos e ampliação de conquistas asseguradas pela Constituição. Isso nos garante a legitimidade da mobilização, mesmo que paredista, para alcançarmos nossos objetivos.

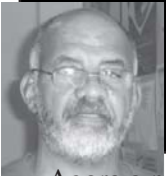
Humor



Vem aí a PLR/2009!!!



Charge com alterações do Sintect/JFA

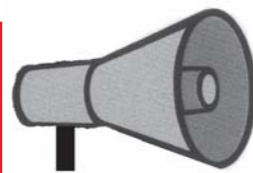


Formação Sindical

por Geraldo França, diretor de Formação e Saúde

Agora a nossa luta é pelo verdadeiro PCCS, e não este da empresa, que na nossa visão prejudica o trabalhador. Vamos dar força para a Fentect e exigir luta, porque como sempre a ECT quer nos enrolar em todas as negociações.

Durante as discussões, não dê muito ouvidos a CLT ou OIT ou outros temas preparados para confundir os trabalhadores. Vocês se lembram do Postalís, do golpe que foi feito. Algum gestor tem explicação para o prejuízo? Como em nossa greve, queriam punir os grevistas e abraçar os não-grevistas. Algum deles devolveu o aumento que tiveram, sem fazer nenhum esforço, a reboque da greve? Sopa no mel eu também quero!



"ACORDA MINAS!"

PLR 2007/2008

Sem a colaboração da ECT, trabalhadores aguardam decisão da justiça

Como não houve acordo com a ECT na revisão dos valores destinados à participação nos lucros da ECT em 2007, quando ficou evidente a intenção de privilegiar detentores de funções consideradas estratégias na empresa, restou aos trabalhadores prejudicados somente o caminho da justiça.

Ainda não houve julgamento do mérito no processo da PLR, em curso na MM 8ª Vara do trabalho de Brasília/DF, sendo proclamada a sentença na próxima audiência, cuja data ainda não foi definida.

Direcionar para a justiça as atitudes tacanhas da empresa não basta, devemos exigir da ECT que respeite e valorize a classe trabalhadora. Chega de truculência e menosprezo. A melhor forma de conquistar esse respeito é fortalecendo a classe, erguendo barreiras e defendendo nossos interesses de forma organizada, construindo apoio político e social às causas que afligem a categoria.

O favorecimento dos detentores de cargos de confiança foi um dos motivos da greve nacional realizada pela categoria no início de abril. Ao final da paralisação, a empresa se comprometeu, de forma genérica, a "revisar os valores" já pagos.

O sindicato apurou que diretores regionais dos Correios, nos Estados, teriam recebido, a título de participação nos lucros, valores acima de R\$ 20 mil. O presidente nacional da empresa, Carlos

Henrique Custódio, teria recebido cerca de R\$ 44 mil. Já a maioria dos trabalhadores recebeu valores inferiores a R\$ 400. Há casos de trabalhadores que receberam R\$ 140.

Os critérios para o pagamento da PLR foram definidos de forma unilateral pela cúpula dos Correios, sem nenhuma negociação com os trabalhadores, o que contraria a legislação em vigor. "A participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados", diz o artigo 2º da lei federal 10.101, de 2000.



Requerimento de informações do Deputado Federal Dr. Rosinha

“Opinião”

Como você vê a implantação do PCCS de 2008 pela ECT?



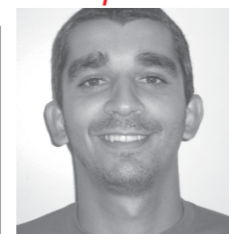
Josimar de Castro, Presidente

"A ECT protocolou proposta de reformulação do Plano de Carreira sem considerar a opinião dos trabalhadores, propondo a efetivação do Cargo Amplo, não corrigindo as distorções salariais, dilatando o período para as promoções por mérito e maturidade, cujos valores pecuniários agregados também sofreram drásticas reduções. Após a greve de julho de 2008, as negociações do PCCS foram retomadas, mas a ECT continua pressionando os trabalhadores a aceitar o modelo proposto, que classificamos em relação ao crescimento da empresa e valorização dos empregados como um grande retrocesso."



Reginaldo de Freitas, Dir. de Relação Sindical

"Vejo com reserva, pois a nocividade aos trabalhadores e trabalhadoras de base está clara. É com certeza um PCCS excludente, e que fere a Constituição Brasileira ao cercar a expectativa de crescimento do trabalhador e da trabalhadora na empresa e, criando a dúvida quanto à garantia da empregabilidade, bem como a de uma aposentadoria digna. Portanto é um PCCS que deve ser rejeitado na íntegra pela classe trabalhadora ecetista. Todo e qualquer Plano de Carreira de Cargo e Salário deve ser discutido com os trabalhadores e trabalhadoras, pois é ele que irá corroborar com direitos garantidos por leis e as conquistas oriundas das mobilizações dos trabalhadores."



Gustavo Rodrigues, Dir. Divulgação e Cultura

"Vejo mais uma prova de desrespeito ao trabalhador que ergue e sustenta o nome desta empresa. Assim como outras ações tomadas por parte da direção da ECT, sequer foi considerada a participação do trabalhador nessa construção ou em outra qualquer. A bem da verdade, a direção ainda luta contra isso. E ainda tem o deslante de nos chamar de colaboradores, chegando a soar um tom irônico. Ao menos separando gestores de colaboradores fica mais claro quem realmente trabalha para a empresa crescer. Estamos agora de olhos abertos às armadilhas, descasos e abusos desta direção e vamos lutar sempre que preciso por respeito e dignidade."

Em defesa do trabalhador

Sem alternativa, Sindicato recorre ao Ministério do Trabalho

Após várias tentativas junto à empresa na área das relações sindicais e trabalho, incumbida de mediar conflitos gerados na administração local, não restou alternativa ao Sindicato senão a de acionar o Ministério Público do Trabalho para uma intervenção no modelo de gestão do CTCE/JFA e REOP's, quanto à receptividade das leis trabalhistas.

Na disputa pela melhor classificação na DR, ocorre no âmbito das gerências total desleixo pelas relações do trabalho e pelos direitos dos trabalhadores. As reclamações dos trabalhadores são muitas: excesso de horas extras, convocação nos feriados, truculência de gestores, insegurança, assédio moral, entre outros.

Várias SIDs emitidas pelos gestores foram recolhidas pelo Sindicato para provar as denúncias de exploração dos trabalhadores. Muitas mostram os equívocos cometidos com inúmeras formas de interpretação de falta disciplinar e condução profissional dos intitulados "colaboradores".

Faltam aos gestores a adoção de critérios, conceitos, disciplina, treinamento, conhecimento, respeito e até atenção aos manuais da própria empresa. Enfim, não existe comportamento unificado. Cada um age da maneira que melhor lhe convier, criando um clima de instabilidade com os empregados.



Ata sobre a reunião realizada na SubDRT, no último dia 13 de agosto

Solicitamos a todos os trabalhadores que denunciem ao Sindicato qualquer manifestação de truculência, desrespeito e inobservância às normas trabalhistas, para que possamos tomar as providências junto a ECT e aos órgãos responsáveis pela fiscalização do trabalho.



Outras notícias

Anistia - Confira a lista de homologados

A Comissão Nacional de Anistia (CNA) obteve junto a CEI (Comissão Especial Interministerial), em 7 de agosto, a relação extra-oficial para homologação, contendo nomes de trabalhadores ecetistas demitidos no Governo Collor.

Os nomes serão encaminhados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para assinatura de portaria e, posteriormente, publicação no Diário Oficial da União. Após a publicação, cada interessado terá 30 dias para se manifestar. Você confere a lista de homologações no www.sintectjfa.org.br, no link Jurídico.

Pela retirada imediata do Projeto Vaccarezza

Esse Projeto de Lei rasga a CLT e joga na lata de lixo todos os direitos conquistados pela classe trabalhadora. Para participar do abaixo-assinado pela retirada imediata do projeto de Vaccarezza, acesse www.sintectjfa.org.br e verifique no link Últimas Notícias.

Análise os candidatos a Prefeitura de Juiz de Fora

Seis candidatos concorrem a Prefeitura de Juiz de Fora, sendo: o candidato do PSDB, Custódio Matos, **MUDANÇA COM SEGURANÇA** que administrou de 1993 a 1996 e o candidato do PMDB, Tarcísio Delgado, **JF MERECE MAIS**, que administrou de 1989 a 1992 e de 1997 a 2004, portanto, 12 doze anos. Esses já administraram nossa cidade. A candidata do PT, Margarida Salomão, **UNIDOS PARA MUDAR**; o candidato do PV, Omar Perez, **RENOVA JUIZ DE FORA**; o candidato do PCB, Rafael Pimenta, **FRENTE SOCIALISTA DE ESQUERDA**, e o candidato do PSTU, Vitor Pontes, **SEM COLIGAÇÃO**, candidatando-se pela primeira vez.

Os candidatos falam de inclusão social, gestão participativa, crescimento, saúde pública, entre outros.

Trabalhadores e trabalhadoras analisem os candidatos, quatro anos é "muito tempo".

Reunião Asget/MG

Sindicato faz denúncias e empresa se esquivava

No último dia 11 de agosto, os dirigentes do Sintect/JFA se reuniram com a Asget/MG (Assessoria de Gestão do Trabalho da DR/MG) para debater vários temas relacionados diretamente à categoria. Para começar, foi denunciada a falta de Clima Organizacional nas unidades, já que a abordagem ao trabalhador é sempre acompanhada de ameaças, não lembrando em nada o lado profissional. As avaliações dos empregados dos CDDs, por exemplo, também são baseadas em critérios pessoais.

Foram questionados pelo Sindicato o aumento da carga de trabalho, as contratações insuficientes e as pressões por parte da chefia pelo cumprimento de metas. Os problemas nos distritos também foram mencionados, sem a disposição da diretoria da empresa em resolvê-los.

A substituição do funcionário que não suporta a carga excessiva de trabalho não resolve o problema, gerando ainda expectativa negativa sobre esse funcionário. A abdicação do intervalo de almoço acontece com frequência. O gerente do CTCE se comprometeu em orientar as unidades sobre o cumprimento desse horário. A unidade de São João Del Rei, por exemplo, encontra-se com excesso de trabalho, não há retirada do horário de almoço e o Clima Organizacional não existe. A empresa afirma não reconhecer as falhas.

Em relação às práticas antissindicais, o Sintect/JFA denunciou o bloqueio e manipulação de e-mails do Sindicato aos trabalhadores, atraso de nossas correspondências e ameaças àqueles que participaram do movimento paredista.

Esperamos da Asget/MG o encaminhamento das medidas necessárias aos temas denunciados. Mais uma vez, ficou aparente a indiferença por parte da empresa em assuntos relacionados aos interesses da categoria. O que queremos são respostas fundamentadas, e não desculpas esfarrapadas.

Saúde & você

por Geraldo França, diretor de Formação Saúde

Vocês já refletiram se para a ECT vale mais a produção do trabalhador ou a sua vida? Ao que vemos através dos anos, é a produção, o ranking, o maquinário. O que vale é a competição de mercado, destruindo o trabalhador física e psicologicamente. Preste atenção nesta lista. Pressões no trabalho, GCR punitivos, horas extras persistentes, a retirada do horário de almoço que fica à conveniência da ECT.

Em resposta ao Sindicato, a DR/MG afirma que não há clima de pressão e perseguição do trabalhador, que o Sintect/JFA está sendo impreciso e inconsistente ao afirmar que os gestores não ouvem seus empregados, e que menos da sexta parte dos empregados juizforanos participaram do movimento paredista. Na visão da DR/MG, esses 340 trabalhadores não existem.

O Sindicato lança um desafio à empresa de discutir saúde e segurança do trabalho, dentro das leis trabalhistas, OITs e parâmetros do Ministério da Saúde e Previdência, e não através de Manpes fabricados. Nós continuaremos com as denúncias dentro da responsabilidade que nos foi confiada.